

ATIVIDADES AGRÍCOLAS VIVENCIADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA BURITI EM CAMPO GRANDE – MS

FLÁVIA BERTONI MAZZARO¹
MARIA AUGUSTA DE CASTILHO²
CHRISTIAN LUIZ DA SILVA³

Resumo

Esta pesquisa analisa a implantação do Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS na Comunidade Quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande - MS, voltada para as atividades vivenciadas na territorialidade espacial da referida localidade. O estudo tem por objetivo avaliar a importância das potencialidades econômicas para o desenvolvimento da comunidade de ex-escravos, identificando o perfil e as motivações dos participantes da produção agrícola de orgânicos. O trabalho teve como questão norteadora a percepção da população local e governança sobre a implantação do PAIS na Chácara do Buriti pelos quilombolas. O PAIS teve como premissa a valorização da cultura e identidade local, com possibilidades de uma melhor qualidade de vida para os membros da comunidade quilombola. É importante ressaltar que a parceria com a governança local possibilitou ao grupo social crescer ao ser capaz de se organizar para desenvolver suas atividades agrícolas orgânicas. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho e consequente alcance dos objetivos perpassa pela relação

constante entre teoria e prática. Assim, a pesquisa tem uma abordagem quali-quantitativa, dando, todavia, ênfase aos aspectos qualitativos, utilizando-se para tanto, o método analítico para compreender como os aspectos do objeto da pesquisa se articulam entre si. A comunidade tem vendido seus produtos em feiras livres da capital sul-mato-grossense e sua auto-estima tem melhorado cotidianamente.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Produção orgânica. Território. Tecnologia Social. Desenvolvimento.

Abstract

This research examines the implementation of Integrated Production Project Agro-ecology and Sustainable - Community countries Quilombola Finchley Buriti - Campo Grande - MS, focused on the activities experienced in the territorial space of that location. The study aims to assess the importance of the economic potential for the development of the community of former slaves, identifying the profile and motivations of participants in organic agriculture. The study was guiding question the perception of the local population about the implementation and

¹ Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco e Chefe do Núcleo de Capacitação de Recursos da Prefeitura Municipal de Campo Grande. Email: flavber@gmail.com

² Doutorado em História do Brasil pela Universidade de São Paulo, Brasil; Professor Doutor III da Universidade Católica Dom Bosco. Email: maugusta@ucdb.br

³ Pós-doutor em Administração, economista, professor do Doutorado em Tecnologia e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR) – email: christiansilva@uftpr.edu.br

“ Segundo a Fundação Cultural Palmares, do governo federal que confere o certificado de identificação e reconhecimento às comunidades quilombolas, os habitantes...” ”

governance of the PAIS in Finchley Buriti the Maroons. The PAIS had as its premise the appreciation of culture and local identity, with the possibility of a better quality of life for community members maroon. Importantly, the partnership with local governance enabled the social group to grow to be able to organize their activities to develop organic farming. The methodology used to develop the work and the consequent achievement of the objectives embraced by the constant relationship between theory and practice. Thus, the research has a qualitative and quantitative approach, giving, however, emphasis on qualitative aspects, using for this purpose, the analytical method to understand how aspects of the object of research are mutually interconnected. The community has been selling their products at fairs in the capital of South Mato Grosso and self-esteem has improved daily.

Keywords: Quilombo. Organic production. Territory. Social Technology. Development.

JEL: Q1; Q13

Introdução

Os quilombos, que na língua banto significam “povoação”, funcionavam como núcleos habitacionais e comerciais, além de local de resistên-

cia à escravidão, já que abrigavam escravos fugidos de fazendas. No Brasil, o mais famoso deles foi Palmares (IBGE, 2010).

Estima-se que dois milhões de pessoas vivam nestas comunidades organizadas para garantir o direito à propriedade da terra. Segundo a Fundação Cultural Palmares, do governo federal que confere o certificado de identificação e reconhecimento às comunidades quilombolas, os habitantes remanescentes dos quilombos preservam o meio ambiente e respeitam o local onde vivem, mas sofrem constantes ameaças de expropriação e invasão das terras por inimigos que cobiçam as riquezas em recursos naturais, fertilidade do solo e qualidade da madeira. Nessas condições a Comunidade Quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande - MS, no dia 19 de agosto de 2005, recebeu o registro de posse, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão responsável pela regularização fundiária das terras dos remanescentes de quilombo (INCRA, 2007).

O Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS foi desenvolvido para atender as regiões brasileiras que possuem os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Para fortalecer e ampliar as ações de segurança alimentar nesses territórios, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), investiu nas unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS (MDS, 2010).

A Comunidade Quilombola Chácara do Buriti implantou o Pais, o qual está sendo avaliado não só pela própria comunidade, mas também pela governança local.

Aspectos conceituais

Para fundamentar a presente pesquisa foram consultados diversos autores, cujos trabalhos abordam temas fundamentais para o embasamento do estudo, especialmente no que diz respeito a conceitos e idéias sobre comunidade e sentimento de

pertença, capital humano e social e desenvolvimento local.

Ao longo de sua trajetória histórica, o homem vem tentando dar sentido às coisas. Na busca incansável pela compreensão, ele analisa e reflete sobre fenômenos sociais, culturais, naturais, entre outros, e conceitua o ambiente que o cerca.

A percepção de espaço é condição para a vida humana. Todavia, a construção do mapa mental de espaço é necessária à sobrevivência biológica não apenas do homem, como também dos animais, e se manifesta por instinto, sendo desenvolvida em vários graus de acuidade nas diferentes espécies, e entre as diferentes sociedades do mundo (TUAN, 1976).

Para SANTOS (1999:51) “o espaço é formado por um conjunto indissociável solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Em se tratando de um grupo tradicional assentado em base territorial bem definida, a comunidade Chácara do Buriti apresenta todas as variâncias que a palavra território pode abarcar.

RATZEL (1990) definiu o território em termos de recursos naturais, isto é, como sinônimo de solo, uma determinada porção da superfície terrestre em que um grupo de pessoas se instala.

SOUZA (2009:59) assinala que “o que define o território é, em primeiríssimo lugar, o poder - e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil”. Além do poder, o referido autor ressalta que a cultura (o simbolismo, as teias de significados e as identidades) e a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) são determinantes para a conceituação de território.

Culturalmente fechada em si mesma, a comunidade Chácara do Buriti apresenta peculiaridades nas suas ações cotidianas, próprias da territorialidade que construíram.

A territorialidade refere-se a cada indivíduo e cada coletividade e se expressa por meio da vivência do dia-a-dia estabelecendo relações afetivas e estratégicas com seu ambiente de vida, tanto no indivíduo quanto à coletividade.

Para SOUZA (1995:99), a territorialidade é “certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”.

A territorialidade é a manifestação do conjunto de relações estabelecidas entre o sujeito e o território vivido e provém de relações constituídas em um sistema tridimensional: sociedade-espaço-tempo, manifestando-se nas múltiplas escalas espaciais e sociais; “é a face vivida e a face agida do poder” (RAFFESTIN, 1993:162).

As comunidades, diferentemente de simples agrupamento, favorecem relações em grupo em que predominam contatos primários, participação ativa em questões de interesse comum, idéia de permanência, bem como de interdependência e sentimento de pertença.

Uma comunidade busca seu fundamento em laços pessoais afetivos e de reconhecimento mútuo, onde se constroem objetivos e visões de mundo comuns, que fazem com que as pessoas se sintam pertencentes a um lugar específico. Esse lugar vivido, dotado de significado e simbolismo, além de ser um espaço percebido, é também um espaço sentido, por referenciar elementos importantes, especiais para toda a existência de uma pessoa.

Trata-se, assim, do sentimento de pertença, fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de respeito, compromisso e coesão com o meio social e natural em que se vive.

TUAN (1980:5) conceitua topofilia como sendo “o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico - difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”.

Sentimento de pertença é sentimento de pertencimento ao território vivido, percebido como “seu” am-

“Entendemos por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos...”

biente. Está relacionado ao vínculo e à proximidade com o local de origem. É uma ideia de enraizamento, em que o indivíduo forma e é formado, planeja, edifica, modifica, e se sente parte do lugar, ao mesmo tempo em que o toma como seu.

Capital humano é o investimento nas pessoas para que fortaleçam suas competências, conhecimentos, habilidades e atitudes, tornando-as capazes de gerar ideias, gerenciar seus próprios empreendimentos com autonomia e confiança em si mesmas, formando, assim, redes sociais e, em última análise, redes produtivas.

Comunidades ativas, bem informadas, participantes, articuladas e com capacidade de mobilização são importantes diante das necessidades humanas fundamentais, visto que a satisfação dessas necessidades individuais é mais facilmente alcançada por meio da solidariedade e da cooperação emanadas da comunidade da qual se faz parte.

O capital social é, em síntese, o conjunto dos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovem parcerias. Ora, parcerias se

estabelecem por elementos como o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação. Esses elementos combinados propiciam o empoderamento comunitário que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade das pessoas envolvidas nas ações comunitárias.

O conceito desenvolvimento remete a ideia de ação orientada a provocar e acelerar mudanças, ou em uma palavra: progresso.

Nesse sentido, SINGER (2004: 2) expõe:

Entendemos por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

Ora, desenvolvimento implica considerar a dimensão cultural. Cada país deve determinar maneiras de utilizar as especificidades culturais em favor da própria evolução. (CLAXTON, 1994). Não se desassocia cultura de desenvolvimento. Ao contrário, é importante criar uma cultura de desenvolvimento para que a sociedade se aperfeiçoe de maneira independente.

Embora o crescimento econômico seja uma variável considerável nessa busca, não é suficiente para, sozinho, ensejar o desenvolvimento local. Nesse caso, outros dois fatores são imprescindíveis para o efetivo ‘desabrochar’ da comunidade na busca do próprio desenvolvimento, os quais não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. São eles: o fator humano - como ser construtor da própria história e o fator comunitário - comprometimento e coesão social voltados para ideais comuns.

Enfim, o desenvolvimento local consiste em fazer dos indivíduos e das comunidades os verdadeiros sujeitos, gestores e beneficiários do desenvolvimento.

Caracterização do PAIS

De acordo com o Artigo 1º da Lei nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição, e a proteção do meio ambiente.

Idealizada em 1999, na região de Petrópolis - RJ, pelo engenheiro agrônomo senegalês Aly Ndiaye, a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS é uma tecnologia social que reúne técnicas simples de produção agroecológica e de promoção do desenvolvimento sustentável. É destinado, principalmente, a agricultores familiares de baixa renda, assentamentos em projetos de reforma agrária e produtores quilombolas, entre outros (RTS, 2010).

Trata-se de uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar, podendo ser usada por todo produtor que queira melhorar a qualidade da própria produção. Isso porque possibilita o cultivo de alimentos mais saudáveis, tanto para o próprio consumo quanto para a comercialização.

A terminologia PAIS foi criada porque esse projeto contempla a produção agroecológica, já que não recorre ao uso de instrumentos que agredam o meio ambiente. A palavra integração refere-se ao elo produtivo entre a criação de animais, a produção vegetal e a utilização de insumos da própria propriedade em todo o

processo de cultivo. A sustentabilidade deve-se à preservação da qualidade do solo e das fontes de água e ao incentivo ao associativismo dos produtores, tão significativos, para o sucesso de boas colheitas, bons negócios e comercialização profícua.

O objetivo da tecnologia é a conjugação de esforços entre vários parceiros para a implantação do PAIS, um projeto de geração de trabalho e renda para a agricultura familiar, cujo processo de inclusão social e acesso aos direitos da cidadania é realizado por meio da racionalização e do aproveitamento de oportunidades produtivas existentes, potencializando as vocações locais e contribuindo com o processo de desenvolvimento e sustentabilidade.

O sistema PAIS é composto por uma horta, um galinheiro e o quintal agroecológico, onde são cultivadas as culturas perenes. Em uma unidade de produção do sistema PAIS, para uma família de 5 pessoas, é necessário um terreno de aproximadamente 5.000 m², ou meio hectare.

Na parte central do empreendimento constrói-se um galinheiro. A construção dos canteiros é feita em torno do galinheiro também em forma circular. A irrigação é feita por gotejamento, sistema que aumenta a eficiência do uso da água.

O galinheiro produz ovos, carne e principalmente o adubo usado na horta, os produtos da horta que não servem para o consumo alimentam as aves e, no quintal, são cultivadas as frutas, ao mesmo tempo servem de pasto para as galinhas.

O modelo incentiva os pequenos agricultores adotarem o desenvolvimento sustentável buscando: estimular a agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos; reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; diversificar a produção; apoiar o correto manejo dos recursos naturais; utilizar com eficiência e racionalização os recursos hídricos; alcançar a sustentabilidade em pequenas propriedades; produzir em harmonia com os recursos naturais.

“ *O trabalho de implantação das unidades do PAIS conta, ainda, com o engajamento das prefeituras locais, que indicam potenciais famílias produtoras e também proporcionam apoio técnico e viabilidade...* ”

O PAIS é uma tecnologia implantada por iniciativa da Fundação Banco do Brasil – FBB, com o apoio do Ministério da Integração Nacional, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

O trabalho de implantação das unidades do PAIS conta, ainda, com o engajamento das prefeituras locais, que indicam potenciais famílias produtoras e também proporcionam apoio técnico e viabilidade de comercialização aos produtores.

A comunidade Quilombola Chácara do Buriti A história da Comunidade Negra da Chácara do Buriti, de acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP, 2010) inicia com a chegada de uma comitiva de ex-escravos em Campo Grande.

Em 1904, da região de Mineiros, município de Jataí em Goiás, partiu uma comitiva de ex-escravos, rumo às terras de Mato Grosso, com a esperança de nelas se estabelecerem. Essa comitiva contava com a ex-escrava Eva Maria de Jesus (“tia” Eva), nascida no município de Jataí no ano de 1850, e suas três filhas também ex-escravas, Sebastiana Maria de Jesus,

“

As duas famílias trabalharam em uma parte dessa fazenda, onde construíram suas moradias, cultivaram a terra e tiveram filhos. Em troca da utilização da terra, davam ao proprietário uma porção da colheita.

”

Joana Maria de Jesus e Lázara Maria de Jesus. Acompanhavam as filhas de “tia” Eva os respectivos esposos: Jerônimo “Vida” da Silva, casado com Sebastiana; Joaquim Ferreira Pinto, casado com Joana; e Luís da Silva (irmão de Jerônimo), casado com Lazara.

Um grupo proveniente de Uberaba, Minas Gerais, uniu-se à comitativa de Eva; dentre eles estavam as famílias dos ex-escravos: Custódio Antônio Nortório e sua esposa Maria Antônia de Jesus e Domingos Francisco Borges com sua esposa Maria Rita de Jesus.

De acordo com os relatos dos descendentes, durante o trajeto, Eva sofreu ferimentos na perna e fez promessa de construir uma capela em louvor a São Benedito⁴ se conseguisse chegar curada em Mato Grosso. Ela recuperou-se dos ferimentos e, junto aos demais membros da comitativa, formou a comunidade São Benedito no bairro São Francisco, no município de Campo Grande. Em 1905, “tia” Eva, como passou a ser carinhosamente chamada, inaugurou a primeira capela construída em pau a pique e, em 1919, foi inaugurada a Igreja de São Benedito no mesmo bairro acima mencionado.

Na década de 1920, motivados pela busca de terras para o sustento da família, Sebastiana Maria de Jesus (filha de Eva) e seu esposo, Jerônimo Vida da Silva, juntamente com seus filhos, decidiram mudar da pequena área da comunidade “tia” Eva para a fazenda Buriti Escuro, de propriedade do Sr. Joaquim de Oliveira, localizada, aproximadamente, a 50 km ao norte de Campo Grande. Nessa fazenda já se encontravam alguns membros da família de Custódio Antônio Notório.

As duas famílias trabalharam em uma parte dessa fazenda, onde construíram suas moradias, cultivaram a terra e tiveram filhos. Em troca da utilização da terra, davam ao proprietário uma porção da colheita. Na fazenda Buriti Escuro, eles formaram uma comunidade negra de parentesco, onde ocorreram casamentos internos e relações de compadrio. Nesse local, João Antônio da Silva (filho de Jerônimo Vida da Silva e Sebastiana Maria de Jesus) casou-se com Maria Theodolina de Jesus (filha de Custódio Antônio Nortório e Maria Antônia de Jesus).

Após alguns anos trabalhando na fazenda Buriti Escuro, atualmente, chamada Santa Euzélia, algumas famílias que lá residiam resolveram procurar outras terras para morar e trabalhar. Em busca do sonho em ter a própria terra, João Antônio da Silva, mais conhecido por João “Vida”, saiu do Buriti Escuro.

Assim, no início da década de 1930, João Vida e sua família compraram, com grandes dificuldades, um pequeno pedaço de terras localizadas a 30 km do município de Campo Grande, próximo ao córrego Buriti. Ele batizou as terras com o nome Chácara do Buriti em virtude do grande número de palmeiras buritis encontradas naquela região.

Alguns anos depois foi construída, uma olaria, na Chácara do Buriti, com a ajuda de Manoel Francisco e Antônio Custódio. Por muitas décadas, essa olaria representou o sustento para a comunidade, onde trabalhavam os homens, as mulheres e até mesmo as crianças.

As terras pertencentes a João Vida, que configura o atual território quilombola, foram registradas no ano de 1940, no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição em Campo Grande, com uma área de 35 hectares e 500m². Isso significou para os quilombolas a garantia jurídica do direito a terra.

Na década de 1950, o território da comunidade Chácara do Buriti foi cortado pela rodovia BR 163. Oito anos depois, o proprietário da fazenda Cachoeira, João Alves de Almeida, fez uma proposta de permuta de terra a João Vida Antônio da Silva. Assim, João Alves de Almeida transmitiria a João Vida 10 hectares de uma região que, após a construção da estrada ficou adjacente ao território quilombola. João Vida, por sua vez, transmitiria seus 06 hectares que ficaram do lado oposto da BR 163 para João Alves de Almeida. Com essa negociação, firmada na base da confiança, o território quilombola passou de 35 hectares e 500m² para 40 hectares e 500m².

A Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara do Buriti localiza-se, atualmente, no km 27 da BR-163, a 31 quilômetros da capital Campo Grande, no sentido sul do Estado de Mato Grosso do Sul, onde vivem atualmente 17 famílias.

Há relatos de outros acordos entre João Vida Antônio da Silva e o criador de gado Antônio Lino de Oliveira firmados pelo “fio do bigode”⁵, mas que posteriormente não foram honrados.

Após o falecimento de João Vida Antônio da Silva, em 1960, inicia-se

⁴ São Benedito é considerado o padroeiro dos escravos.

⁵ Fio do bigode - expressão que designa negócios fechados sem nenhum documento assinado, acordados somente com a palavra do homem.

um processo de desterritorialização na Chácara do Buriti. Como não tinham dinheiro, os herdeiros tiveram que vender alguns hectares das terras para Antônio Lino de Oliveira, como forma de obter os recursos financeiros necessários para a prática do inventário.

Em pelo menos duas ocasiões, para resolver uma dada situação, a comunidade foi obrigada a abrir mão de parte de suas terras. Num primeiro momento, venderam 14 hectares para realizar o inventário em virtude do falecimento de João Vida. Em outra ocasião, para tentar solucionar uma disputa de terras com os herdeiros de Antônio Lino de Oliveira, transferiram 06 hectares como honorários para o pagamento de um advogado. Dessa forma, restaram 19 hectares para a comunidade.

Na década de 1990, sobrevivendo em área diminuta, as famílias quilombolas tinha no trabalho da olaria a principal fonte de recursos. Porém, o Estado passou a exigir a arrecadação do imposto ICMS⁶ para pequenas e médias empresas, e com essa obrigatoriedade o trabalho na olaria tornou-se inviável.

Cada vez mais, pais de família saíam em busca de emprego nas fazendas vizinhas ao território da Chácara do Buriti. Trabalhavam como meeiros, carvoeiros, produtores de farinha de mandioca e prestadores de serviços gerais de fazenda.

Desde então, devido às dificuldades financeiras e à redução da Chácara do Buriti, muitos descendentes de João Vida venderam os direitos de suas terras e se mudaram para as comunidades negras urbanas: tias Eva e para do distrito de Anhanduí (Campo Grande - MS).

O processo de migração da Chácara do Buriti está fortemente relacionado à perda de parte de suas terras. Esse fato é lembrado constantemente pelas pessoas que foram obrigadas a migrar à procura de empregos em outros lugares, sendo a manutenção da memória migratória garantida pela passagem da informação oral.

“
Nesse processo político e histórico, a comunidade Chácara do Buriti construiu sua identidade étnica, baseada em um conjunto de práticas, de concepções, de valores éticos, de princípios comuns e de padrões regulares de comportamento..”

Os descendentes de João Vida Antônio da Silva que tiveram de abandonar o sítio, preservaram nos novos locais de moradias o mesmo modelo de parentesco mantido no território quilombola. Dessa maneira, independentemente do espaço que ocupavam, permaneceram os grupos familiares que estruturam, ainda hoje, a comunidade Chácara do Buriti. Assim, os lá residem mantêm constantes intercâmbios com os que residem em outras localidades.

Há, também, uma grande interação entre as famílias que vivem na comunidade São Benedito, Furnas do Dionísio, Furnas da Boa Sorte e Chácara do Buriti. Esses territórios, reconhecidos como quilombolas, têm uma perspectiva siorregional que ultrapassa seus limites territoriais. Há uma rede de quilombos unidos por laços de parentesco e reciprocidade, fundamental para a manutenção das organizações sociais e políticas quilombolas.

A Chácara do Buriti é a expressão da própria liberdade para os qui-

lombolas. Trata-se do espaço físico no qual as famílias constroem seu universo social. Por tratar-se de uma comunidade corporativa fechada, para eles a terra é considerada um patrimônio intransferível, especialmente a estranhos. Assim, nunca houve intenções imobiliárias no que diz respeito à venda da terra; por outro lado, dadas as intempéries da vida, não houve alternativas.

Nesse processo político e histórico, a comunidade Chácara do Buriti construiu sua identidade étnica, baseada em um conjunto de práticas, de concepções, de valores éticos, de princípios comuns e de padrões regulares de comportamento transmitidos na socialização, que continuam presentes na vida dos descendentes como elementos de articulação, reconhecimento e unificação.

Em 1988, foi instituída a Fundação Cultural Palmares - FCP, ligada ao Ministério da Cultura, responsável pela certificação de identificação e reconhecimento de comunidades quilombolas. Posteriormente, criou-se, em 21 de março de 2003, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, órgão vinculado à Presidência da República. Por meio do Decreto nº 4.887/03, designou-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a competência para a regularização fundiária das terras dos remanescentes de quilombo.

Os trabalhos de identificação da Comunidade Quilombola Chácara do Buriti foram norteados, portanto, pela Constituição Federal de 1988 (Artigos: 68, 215, 216) e o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 e a Instrução Normativa nº 57 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de 20 de outubro de 2009, que regulamentam o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação

⁶ ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - CF - 1988 - dispõe que: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

A Comunidade de Remanescentes de Quilombo Chácara do Buriti recebeu, no dia 5 de julho de 2005, o certificado de autoreconhecimento expedido pela Fundação Cultural Palmares⁷ e publicação no Diário Oficial da União no dia 19/08/2005. Esse certificado representa o reconhecimento oficial, pelo Estado Brasileiro, que essa comunidade é de fato e de direito remanescente das comunidades dos quilombos. A partir do reconhecimento, as comunidades passam a poder acionar instrumentos públicos que executam ações para a melhoria na qualidade de suas vidas.

A auto-identificação das comunidades quilombolas como estabelece o Decreto nº 4.887/03: é um direito amparado em decisão do Congresso Nacional que, em 20 de junho de 2002, por meio do Decreto Legislativo nº. 143, ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, posteriormente promulgada pelo Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004.

Foi realizado um estudo Antropológico de Identificação e Delimitação. Esse relatório classificou a referida área como de remanescente de quilombos, tendo como base a definição da Associação Brasileira de Antropologia - ABA: "toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado" (ABA *apud* SANTOS, 2007: 4).

Nesse sentido, os estudos de regularização fundiária dos territórios quilombolas e sua auto-identificação

“A territorialidade desse quilombo tem origem nas terras adquiridas por João Vida Antônio da Silva e os sítios demarcados nesse território foram estabelecidos por uma lógica interna de apropriação dos espaços, baseadas no parentesco em comum.”

e certificação estão amplamente resguardados por direitos constitucionais.

A territorialidade desse quilombo tem origem nas terras adquiridas por João Vida Antônio da Silva e os sítios demarcados nesse território foram estabelecidos por uma lógica interna de apropriação dos espaços, baseadas no parentesco em comum.

Desse modo, existe um território de memória que coincide com os lugares que os descendentes de João Vida e Maria Theodolina de Jesus ocupavam antes do processo de desterritorialização.

O território Quilombola Chácara do Buriti possui uma área de 30, 8268 (trinta hectares, oitenta e dois ares e sessenta e oito centiares). O lugar é

cercado, em seus limites norte, leste e oeste por fazendas de criação de gado dos herdeiros de Antônio Lino de Oliveira e, ao sul, limitado pelo Córrego Buriti.

Atualmente, habitam o território 17 famílias. Com o Projeto PAIS, muitos estão voltando para a Chácara do Buriti para trabalhar com as hortas e na criação de animais no próprio sítio.

A divisão sexual do trabalho a partir das atribuições dos gêneros, sendo o homem ao trabalho e a mulher à família, traduz parcialmente a realidade dessa comunidade. Ocorre um crescimento da participação da mulher nas atividades econômicas que sustentam o grupo familiar, especialmente, nas tarefas da horta comunitária.

Embora a prefeitura de Campo Grande tenha construído na Chácara do Buriti uma pequena escola primária para atender as crianças quilombolas, atualmente, essas têm freqüentado a escola municipal de 1º Grau José do Patrocínio, localizada em Cachoeirinha. Existem muitos jovens que terminaram o Ensino Fundamental e não querem fazer o Ensino Médio.

Todos têm casa própria, água encanada e energia elétrica em casa desde 2007, em virtude do Programa Luz para Todos. A água consumida é retirada de poços artesianos. A maioria tem criação de animais domésticos, tais como: galinhas, cães, gatos, porcos.

A maioria de católicos, tornou-se evangélica após a construção, na dé-

⁷ A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22.08.88, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. Formula e implanta políticas públicas que têm o objetivo de potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=226>. Acesso em: 26 jun. 2010.

cada de 1970, da Igreja Congregação Cristã no Brasil. Quase não se aborda as cerimônias e cultos de matriz africana.

As famílias que formam a comunidade Chácara do Buriti fundaram, no dia 10 de setembro de 2005, a Associação Negra Rural Quilombola Chácara do Buriti - AQBURITI. Atualmente é presidente da Associação Lucinéia de Jesus Domingos.

O território das comunidades quilombolas não pode ser definido como simples lotes rurais, onde se desenvolve a roça e onde se localiza a residência. Ele é a soma de todas as atividades socioculturais que estão atreladas a um universo macro que estrutura as famílias quilombolas. O território quilombola Chácara do Buriti é um espaço de realização da vida e de atualização da memória. Pode-se observar que desde o início da formação dessa comunidade quilombola, esse grupo vivia junto, compartilhando as festas, as crenças, enfrentando o trabalho, as dificuldades, uns ao lado dos outros.

Dessa forma, unidos, construíram e constroem suas existências, fundamentados em um saber, em uma tradição que internamente os une enquanto grupo e externamente os distingue dos demais.

Atividades produtivas da comunidade

Por muitas décadas, a olaria construída pela comunidade era uma das fontes primárias de subsistência, porém, devido às dificuldades financeiras, ela teve de ser arrendada a terceiros e, posteriormente, desativada na década de 1990.

Historicamente, a criação de animais e o trabalho nas roças familiares foram sempre considerados as principais atividades econômicas das famílias no território quilombola. Nesse contexto fica evidente quando SOUZA (2009), explica bem a dimensão política do território, o qual define o perfil do lugar, que associado à cultura dos quilombolas passa a ser determinante para o trabalho conjunto realizado na localidade.

Nas terras do Buriti havia a produção de culturas de subsistência, como o milho, feijão, abóbora, cana-de-açúcar, batata doce, melancia, banana, mandioca e pimenta. O principal cultivo, ligado à comercialização, era a pimenta. As pimentas produzidas eram vendidas no mercado municipal, localizado no centro de Campo Grande e nas barracas que ficam à beira da rodovia 163, no município de Anhanduí. Semanalmente a comunidade produzia 10 quilos de pimenta.

Ainda hoje, na localidade criam e galináceos, algumas cabeças de gado e porco para o consumo. Porém, por causa da pequena extensão do território quilombola, não há espaço para muitas roças e falta ocupação para todas as famílias quilombolas. Vários trabalham com carteira assinada nas fazendas ao redor da comunidade. Alguns são diaristas e outros são aposentados.

Após a implantação do PAIS, as expectativas de retornar o trabalho com a terra animaram os quilombolas. O espaço demandado para a formação das hortas orgânicas é pequeno; em geral é necessário apenas meio hectare. O espaço onde são desenvolvidas todas as atividades precisam ser conjuntos indissociável, solidário para se ter êxito (SANTOS, 1999). Dessa maneira, o espaço pode estar de acordo com a natureza dos objetos e das ações surgidas em cada tempo histórico, como é, por exemplo, a comunidade estudada.

Essa característica é de fundamental importância para instigar o interesse pela produção das hortaliças.

A comunidade foi contemplada com nove projetos PAIS, mas de acordo com a líder comunitária Lucinéia Domingos, as outras famílias que, atualmente, não produzem orgânicos já manifestaram o interesse pela adesão ao projeto PAIS.

São cultivados os seguintes produtos: alface, repolho, couve, rúcula, brócolis, cenoura, beterraba, tomate, salsa, cebolinha, couve-flor, abobrinha, agrião, rabanete, pepino,

beterraba, jiló, maxixe, morango, berinjela, espinafre, milho, mandioca, banana, feijão.

Os pequenos sítios dessa comunidade são, em geral, auto-suficientes. Na falta de algo, todos se ajudam. As relações de reciprocidade são um princípio moral que opera no interior do território quilombola constituído, assim, um traço da identidade do local.

Os produtos são vendidos na Praça do Rádio Clube – Campo Grande – MS (quarta-feira) e no Pátio da Prefeitura de Campo Grande - MS (aos sábados), mas os lucros ainda são pequenos.

A comunidade tem trabalhado para que os produtos possam ter uma clientela constante e assim gerar renda para todos. O pensamento coletivo da comunidade, seus valores com a interação dos mundos interno e externo, dos indivíduos podem gerar vários benefícios se houver questões de interesse comum (CAPRA, 1982).

De um modo geral a auto-estima dos membros da comunidade melhorou, uma vez que eles se sentem gratificados por poderem divulgar a comunidade quilombola e ainda oferecer aos consumidores um produto de boa qualidade, que são os orgânicos.

Sabe-se, que “mandala, é uma palavra sânscrita que significa - círculo. Mandala, também possui outros significados, como círculo mágico ou concentração de energia. Universalmente a mandala é o símbolo da totalidade, da integração e da harmonia”.

Esta proposta surge como alternativa às formas convencionais de produção de alimentos, que são os canteiros quadrados e lineares, com o trabalho individual e competitivo.

Desta forma, através de mutirões comunitários constroem-se canteiros circulares, utilizando adubação orgânica de compostagem ou esterco das propriedades, cobertura morta com palhada e plantio consorciado entre espécies companheiras. Além de produzir alimentos saudáveis,

sem aditivos químicos, as Hortas Mandala são esteticamente bonitas, contribuem para o controle biológico entre diferentes espécies e produzem plantas medicinais e ornamentais conjuntamente com os outros alimentos (CEPAGRO, 2010).

Observou-se que os lucros dos produtos vendidos pela comunidade nas feiras, ainda são baixos e vários produtores solicitaram um curso ao SEBRAE para aprenderem a trabalhar com a gestão de seus negócios, pois eles não sabem investir os lucros no próprio negócio e não sabem ainda, que devem reservar um pouco de dinheiro do que ganham para capital de giro para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Para que o projeto PAIS implantado na Comunidade Quilombola Chácara do Buriti tenha sucesso e produza os efeitos desejados há a necessidade de se investir em capacitação de pessoal, e treinamentos: contábeis, de gestão dentre outros.

Considerações finais

A produção da Comunidade Quilombola Chara do Buriti é agroecológica porque dispensa o uso de ações danosas ao meio-ambiente, como: o emprego de agrotóxicos, queimadas e desmatamentos. É integrada porque alia a criação de animais com a produção vegetal e ainda utiliza insumos da propriedade em todo o processo produtivo. É sustentável porque preserva a qualidade do solo e das fontes de água, incentiva a associação de produtores e aponta novos canais de comercialização dos produtos, permitindo boas colheitas.

O modelo PAIS convida os agricultores familiares ao desenvolvimento sustentável, buscando: estimular a agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos; reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; apoiar o correto manejo dos recursos naturais; incentivar a diversificação da produção; evitar o desperdício de alimento, água, energia e tempo do produtor.

A construção das unidades PAIS é realizada por meio de convênios firmados com os governos estaduais por meio de edital público. O projeto é financiado pela Fundação Banco do Brasil, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional - MDS, e pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e executado pela Prefeitura da Capital. Este foi o caso da comunidade em tela que deve melhorar sua produtividade se incentivada e orientada pela governança local.

Referências

BRASIL. **Constituição, 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - **Desenvolvimento social.** 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 10 set.10.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO. **Hortas mandala.** Disponível em: <<http://www.cepagro.org.br/tecnologias-agroecologicas/hortas-mandala>>. Acesso em: 05 mar.10.

CLAXTON, Mervyn. **Cultura y Desarrollo. Estudio.** Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070s.pdf>>. Acesso em: 7 abr.09.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA - IBGE. **Quilombos.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/consciencianegra/quilombos.html>>. Acesso em: 10 set.10.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Relatório técnico de identificação e delimitação.** Campo Grande: INCRA, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. Tradução de Maria Cecília França.

RATZEL, F. As raças humanas. In: MORAES, A, C.R. (Org.); FERNANDES, F. (coord.). *Ratzel.* São Paulo: Ática, 1990, p. 108-150.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Senegal adota sistema País.* Disponível em: <<http://www.rts.org.br/noticias/destaque-3/senegal-adota-sistema-pais>>. Acesso em: 18 jul.10.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SINGER, P,S. **Desenvolvimento: significado e estratégia.** Ministério do Trabalho e emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária Brasília, maio, 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf>. Acesso em: 22 jul.10.

SOUZA, M, L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, GOMES e CORRÊA (Org.). **Geografia: conceito e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA Marcelo Lopes de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Severio (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos organizadores.** São Paulo: Expressão popular, 2009

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

_____. Humanistic Geography. **Annals...** of the Association of American Geographers, Washington, v. 66, n. 2, p. 266-276, jun. 1976.